

PODEMOS E CIUDADANOS

O FIM DO BIPARTIDARISMO

EM ESPANHA?

Filipe Vasconcelos Romão

Em vários países da Europa têm emergido movimentos políticos que pretendem regenerar a vida pública e pôr em causa o predomínio dos partidos ditos tradicionais. Não é possível afirmar que estes novos actores tenham muito em comum para além da boa receptividade que estão a ter nos respectivos eleitorados e da surpresa que estão a provocar entre políticos e jornalistas. O discurso ideológico marca alguns, como no caso da Front National (FN) francesa (extrema-direita) ou do Syriza grego (esquerda radical), enquanto o pragmatismo é tónica dominante em casos como o do Ciudadanos espanhol. Alguns partidos são fenómenos muito recentes e, por isso, surpreendentes, como o Podemos (Espanha), enquanto outros, como a FN, estão há décadas no terreno e encontram no actual clima de descontentamento social uma oportunidade para chegar ao poder.

A ascensão de novos partidos políticos na Europa não pode, pois, ser desligada da crise económica e financeira que tem marcado o continente. Neste contexto, Espanha é incontornável ao ser um dos países mais afectados pela quebra de popularidade dos partidos tradicionais. Os espanhóis têm a segunda taxa de desemprego mais alta da União Europeia, tendo sentido de forma particularmente violenta os problemas dos últimos anos. Não será, pois, de estranhar que todo o sistema partidário esteja a ser posto em causa não pela emergência de um mas sim de dois partidos que poderão atrair o eleitorado de esquerda e de direita mais desiludido.

RESUMO

Este artigo procura analisar o sistema de partidos espanhol que se estabeleceu e consolidou no actual período democrático e lançar algumas pistas acerca das razões que poderão estar na origem dos eventuais bons resultados do Podemos e do Ciudadanos nas próximas eleições legislativas. Em termos metodológicos, a análise assenta na conjugação de elementos históricos com dados eleitorais e sondagens publicadas recentemente que poderão constituir indícios de uma eventual tendência eleitoral.

Palavras-chave: Espanha, sistema de partidos, Podemos, Ciudadanos.

ABSTRACT

PODEMOS AND CIUDADANOS: THE END OF THE BIPARTIDARISM IN SPAIN?

This paper seeks to analyse the Spanish party system that has been established and consolidated in the current democratic period, as well as to shed some light on the reasons behind the foreseeable good outcomes of Podemos and Ciudadanos in the coming legislative elections. Methodologically, the analysis relies on the



combination of historical elements with electoral data and recently published polls that may be read as clues to a possible electoral tendency.

Keywords: Spain, party system, Podemos, Ciudadanos.

Este artigo procura analisar o sistema de partidos espanhol que se estabeleceu e consolidou no actual período democrático e lançar algumas pistas acerca das razões que poderão estar na origem dos eventuais bons resultados do Podemos e do Ciudadanos nas próximas eleições legislativas. Em termos metodológicos, a análise assenta

na conjugação de elementos históricos com dados eleitorais e sondagens publicadas recentemente que poderão constituir indícios de uma eventual tendência eleitoral.

A TRANSIÇÃO PARA A DEMOCRACIA

A morte do ditador Francisco Franco, em 1975, desencadeia um processo de transição política através do qual Espanha evoluiu para uma democracia pluralista de tipo ocidental. Ao contrário do que acontecera em Portugal, um ano antes, com o golpe militar de 25 de Abril de 1974 a constituir a ruptura que pôs fim ao regime instituído por Oliveira Salazar e continuado por Marcello Caetano, as Forças Armadas espanholas eram claramente resistentes à mudança¹. Coube, assim, a alguns quadros políticos da ditadura impulsionar a transformação, num país onde a memória de uma violenta guerra civil ainda estava bem presente. A liderança deste processo ficou a cargo de Adolfo Suárez, um quadro político da última etapa do franquismo, a quem o rei Juan Carlos I (designado sucessor pelo próprio Franco) nomeou presidente do Governo em 1976².

A prudência legal é a tônica dominante na transição democrática espanhola, que pretende evitar qualquer ruptura formal passível de gerar reacções violentas: o processo inicia-se nas Cortes franquistas, com a aprovação de um projecto que, depois de referendado, a 15 de Dezembro de 1976, passará a Ley 1/1977, de reforma política³. Porém, a determinação com que a mudança de regime é levada a cabo fica patente na própria celeridade do processo. As primeiras eleições legislativas pluripartidárias desde o final da Segunda República celebram-se logo a 15 de Junho de 1977 e são precedidas de uma decisão arriscada de Suárez: a legalização do Partido Comunista de España (PCE), formalizada a 7 de Abril, um Sábado de Aleluia. O presidente do Governo de Espanha entendia que as eleições não teriam verdadeira legitimidade democrática se não fosse permitida a participação de um partido histórico que tinha tipo grande protagonismo durante os períodos da Segunda República e da Guerra Civil. O regresso dos comunistas à vida política activa suscitava grandes dúvidas e resistências entre os sectores mais conservadores, havendo fundados receios entre os moderados de que despoletasse um golpe militar capaz de anular todo o processo democrático⁴.

O medo revelou-se (pelo menos num primeiro momento) infundado e o PCE concorreu às legislativas, ganhando uma bancada parlamentar que lhe permitiu participar na redacção e aprovação da nova Constituição. Ao contrário do que os próprios comunistas esperariam, e à semelhança do que acontecera ao Partido Comunista Português nas

eleições de 1975 para a Assembleia Constituinte, o PCE não se transformou no partido dominante da esquerda espanhola. As eleições de 1977 permitiram a clarificação num país em que havia grandes dúvidas sobre a configuração do parlamento que seria eleito quatro décadas depois da última ida às urnas em liberdade.

As primeiras legislativas confirmaram a robustez de duas forças: a coligação de centro-direita Unión de Centro Democrático (UCD), uma formação heterogénea que comportava desde liberais a social-democratas, passando por democrata-cristãos e conservadores; e o PSOE, que emergiu como grande partido da esquerda moderada⁵. A UCD obtém 34,44 por cento dos votos e 165 deputados (sobre um total de 350) e o PSOE alcança os 29,32 por cento e 118 deputados⁶. As duas principais formações, em conjunto, representam mais de 80 por cento dos deputados eleitos, o que confere um quadro claramente bipolarizado ao novo parlamento espanhol.

Nas eleições de 1979, as primeiras legislativas celebradas no âmbito da nova Constituição (aprovada em referendo em 1978), confirma-se o protagonismo da UCD e do PSOE. Os resultados dos dois maiores partidos são muito semelhantes ao das eleições pré-constitucionais: os centristas revalidam a maioria relativa com 34,84 por cento e 168 deputados; e os socialistas chegam aos 30,4 por cento e 121 deputados⁷. No entanto, a popularidade de Suárez já está em queda e a UCD, que passara de coligação a partido político pouco tempo depois das eleições de 1977, está em desagregação acelerada. O presidente do Governo, politicamente pressionado pela crise económica e social e pela violência política praticada pela extrema-esquerda e pela extrema-direita, acaba por apresentar a demissão a Juan Carlos I⁸.

A sessão parlamentar destinada a eleger o sucessor de Suárez na liderança do Governo acaba por sintetizar a enorme complexidade da transição política espanhola: a 23 de Fevereiro de 1981, enquanto era votado o nome de Leopoldo Calvo Sotelo, um grupo de membros da Guardia Civil toma de assalto o parlamento e faz reféns os deputados. O sequestro dura toda a noite e a cidade de Valência chega a ser tomada pelo Exército. A lealdade das chefias militares ao rei (mais do que à Constituição ou ao regime democrático) dita o fracasso de um golpe que expõe de forma crua a pouca maturidade da democracia espanhola.

CONSOLIDAÇÃO DA DEMOCRACIA E DO MODELO BIPARTIDÁRIO

As terceiras eleições legislativas seriam determinantes para a consolidação do novo regime e para uma aproximação à actual configuração político-partidária. As suas principais características, a nível nacional, foram:

- a alternância no poder, com o PSOE a conquistar uma ampla maioria absoluta que o conduziu directamente para o governo;
- o fracasso eleitoral da UCD e posterior desagregação, num contexto pós-Adolfo Suárez;

- a forte subida da conservadora Alianza Popular (AP), antecessora do actual Partido Popular (PP), que passa a ocupar o lugar da UCD como maior formação da oposição do centro-direita;
- a queda acentuada do PCE;
- a dificuldade de implantação do novo projecto político de Adolfo Suárez, o Centro Democrático y Social (CDS).

Os socialistas chegam ao poder com uma ampla maioria: com uma participação acima dos 80 por cento do censo, obtêm 48,11 por cento dos votos e 202 dos 350 deputados⁹. A atestar a tendência do eleitorado espanhol para o bipartidarismo está ainda a substituição do maior partido do centro-direita: à forte erosão da UCD (que obtêm 6,77 por cento dos votos e 11 deputados) corresponde uma subida clara da AP que, concorrendo coligada com o Partido Demócrata Popular (PDP), passa dos 5,89 por cento e nove deputados (obtidos em 1979 sob a marca da Coalición Democrática) para os 26,36 por cento e 107 deputados¹⁰.

O PSOE irá permanecer no governo de Espanha até Abril de 1996, renovando a maioria absoluta por duas vezes (1986 e 1989) e vencendo por maioria relativa uma vez (1993). Felipe González será a figura política dominante nesta etapa, assegurando a chefia do Governo durante quase catorze anos. Os executivos socialistas permitem uma normalização interna do novo regime ao mesmo tempo que obtêm reconhecimento externo com a adesão à Comunidade Económica Europeia e à Organização do Tratado Atlântico Norte. Em paralelo, os *populares* vão procedendo às adaptações necessárias para constituir uma alternativa de poder efectiva num quadro plenamente democrático. Para isso, terão de romper com a imagem excessivamente conservadora e vinculada ao franquismo. Em Janeiro de 1989, a AP é refundada e nasce o Partido Popular¹¹. Nos meses seguintes, a sua base é alargada com a integração de duas formações com as quais já estivera coligado, o Partido Liberal (PL) e a Democracia Cristiana (DC), antigo PDP. O PP queria cortar com a imagem excessivamente conservadora da AP, o que o leva a suavizar o discurso ideológico. A face mais visível desta estratégia é a substituição de Manuel Fraga Iribarne, fundador e ideólogo da AP e antigo ministro de Franco, por José María Aznar, à altura presidente da comunidade de Castilla-León, na liderança do partido. Aznar será derrotado por duas vezes em eleições legislativas (1989 e 1993). O seu trabalho, nestes primeiros anos, passa sobretudo pela renovação do discurso conservador e pela transformação do PP num partido de governo de centro-direita, no contexto de um sistema político bipolarizado. O conceito de «alternância» integra o discurso popular, como fica patente numa afirmação do próprio Aznar constante do texto introdutório do programa eleitoral para as eleições legislativas de 1996: «A alternância é a garantia da estabilidade do país, porque ao mesmo tempo que se substitui um governo, assegura-se a continuidade nacional, que recebe o impulso de uma nova política.»¹²

A humanização da direita espanhola faz-se através de uma tentativa clara de apropriação do legado da UCD. A primeira formação de Adolfo Suárez tinha uma imagem mais centrista e moderada do que a da AP, passível de atrair eleitorado indeciso. José María Aznar, que na juventude assumira posições muito próximas da extrema-direita e que tinha manifestado sérias dúvidas acerca do projecto constitucional de 1978, reivindicava para o seu partido o «centro-reformista»¹³. Em 1996, o PP vence as eleições legislativas com maioria relativa e chega ao governo de Espanha¹⁴. Os primeiros quatro anos de poder serão marcados por um posicionamento centrista e pelo diálogo ditados pela necessidade de garantir o apoio parlamentar dos nacionalistas moderados bascos e catalães e dos regionalistas canários.

Nas eleições legislativas de 2000, o PP chega à maioria absoluta, o que produz uma inevitável mudança de atitude evidenciada pelo fim do diálogo com outras forças políticas. No segundo governo de Aznar, pela primeira vez, o PP poderá aplicar o seu programa sem cedências. O franquismo já estava a uma distância temporal considerável e o crescimento económico registado durante o primeiro Governo facilitava a empatia entre os cidadãos e uma direita que se podia voltar a afastar do centrismo¹⁵.

Os grandes problemas com que se confronta Aznar têm, sobretudo, origem na frente externa, sendo a sua decisão de apoiar acriticamente a invasão norte-americana do Iraque, em 2003, apontada como uma das causas para a quebra de confiança entre o eleitorado e o seu Governo. A conjugação deste apoio com os atentados de 11 de Março de 2004 serão determinantes para desalojar os populares do poder.

A nova etapa socialista chega, assim, através de uma vitória inesperada nas eleições legislativas de 14 de Março de 2004. Estas realizam-se apenas três dias depois das acções de terroristas islamistas que provocaram 191 mortos e mais de dois mil feridos.

A forma errónea como o Governo do PP geriu a informação relativa à autoria dos atentados terá influenciado os eleitores que deram a vitória aos socialistas de José Luis Rodríguez Zapatero. A generalidade dos estudos de opinião publicados até à data do atentado indicava que Mariano Rajoy, o sucessor indigitado por José María Aznar, asseguraria a continuidade da direita no poder. O aumento da participação eleitoral, provavelmente fruto da persistência governamental em manter uma versão oficial que sustinha que a ETA era a principal suspeita dos atentados, quando boa parte dos indícios apontava noutra direcção, terá alterado estas previsões¹⁶.

Rodríguez Zapatero renova a maioria relativa em 2008 e o seu apogeu eleitoral é alcançado em paralelo com o apogeu do bipartidarismo: o PSOE chega aos 43,87 por cento dos votos e aos 169 deputados nas mesmas eleições em que o PP obtém 39,94 por cento

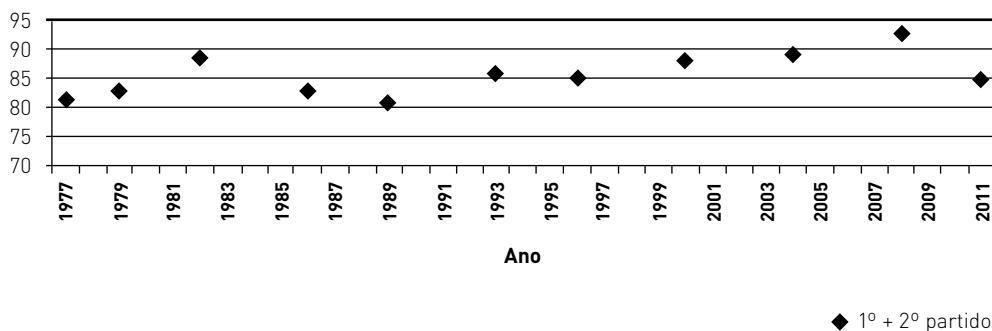
NAS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS DE 2000,
O PP CHEGA À MAIORIA ABSOLUTA,
O QUE PRODUZ UMA INEVITÁVEL MUDANÇA
DE ATITUDE EVIDENCIADA PELO FIM DO DIÁLOGO
COM OUTRAS FORÇAS POLÍTICAS. NO SEGUNDO
GOVERNO DE AZNAR, PELA PRIMEIRA VEZ,
O PP PODERÁ APLICAR O SEU PROGRAMA
SEM CEDÊNCIAS.

e 154 deputados. Também é de assinalar que o PSOE conta com 11 289 335 de votos e que o PP chega aos 10 278 010¹⁷. Foi a única vez, na história da democracia espanhola, que o partido mais votado superou os 11 milhões de votos e que o segundo partido ultrapassou os dez milhões. Nas legislativas desse ano, a Izquierda Unida (IU), coligação integrada pelo PCE, tem o pior resultado da história do comunismo espanhol no actual quadro democrático (3,77 por cento e dois deputados). A segunda etapa de governação socialista terminará, em 2011, num contexto de forte crise económica e social, com a maior derrota de sempre do PSOE (28,76 por cento e 110 deputados eleitos) e com a maior vitória de um PP que chega à maioria absoluta (44,63 por cento e 186 deputados).

INFLUÊNCIAS PARA O (OU DO) BIPARTIDARISMO ESPANHOL

Como ficou patente, ao longo de quase quarenta anos de democracia, o eleitorado espanhol consolidou um sistema bipartidário com um grande partido de centro-direita, o PP (depois da queda da UCD e da refundação da AP), e um grande partido de centro-esquerda, o PSOE. O domínio das duas maiores formações políticas de Espanha em cada legislatura torna-se evidente quando observamos a percentagem de lugares que, em conjunto, têm ocupado no parlamento estatal. O momento em que o peso, em número de deputados, das duas principais forças foi mais baixo (ver gráfico 1) registou-se na legislatura que teve início em 1989, com uns expressivos 80,6 por cento do total. Já o valor mais elevado foi produto das eleições legislativas de 2008, quando os deputados do PSOE e do PP constituíram 92,3 por cento de todos os parlamentares eleitos.

Gráfico 1 > Deputados eleitos pelos dois partidos/coligações mais votados em eleições legislativas espanholas (em percentagem)



Fonte: Elaborado com base nos dados do Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2015.

A tentativa para encontrar explicações para o comportamento do eleitorado é um exercício complexo e cuja exactidão é, grande parte das vezes, impossível de comprovar. Este texto não pretende fornecer uma resposta fechada acerca de quais poderão ser as causas da tendência eleitoral dos espanhóis para ter, nos últimos trinta e oito anos, concentrado o seu voto em eleições legislativas sobretudo em duas formações. Porém, apresentar-se-á aqui uma proposta sobre alguns aspectos que têm coincidido com o bipartidarismo, mesmo que não seja líquido afirmar que se trata de uma causa ou de uma consequência do referido quadro.

NACIONALISMOS CENTRÍFUGOS E REGIONALISMOS

A existência de três regiões de Espanha com identidades nacionais específicas (Catalunha, País Basco e Galiza) foi determinante para a organização territorial prevista na Constituição de 1978. Poderá mesmo afirmar-se que a descentralização política e a instituição de um Estado autonómico esteve entre as principais prioridades do legislador constituinte espanhol e que caminhou lado a lado com a democratização. O franquismo tinha procurado eliminar toda e qualquer manifestação política (e até cultural) destas identidades, pelo que os nacionalismos basco, catalão e galego foram perseguidos e impedidos de manter qualquer actividade. Ao chegar ao poder, Adolfo Suárez, em coerência com o defendido acerca da legalização do PCE, compreende que o novo regime só será plenamente democrático se contar com a participação destes movimentos e se reconhecer a diversidade identitária.

Rompendo com a tradição centralizadora do franquismo, Suárez e os constituintes de 1978 irão recuperar uma parte do legado da Segunda República e reconhecer um estatuto especial às regiões de Espanha que já tivessem contado com algum tipo de materialização política. Apesar de a Constituição reconhecer o direito à autonomia de qualquer parte do território, a sua segunda disposição transitória, sem referir abertamente o regime republicano, reconhece que «os territórios que no passado tenham plebiscitado afirmativamente projectos de Estatuto de autonomia» poderão ter acesso imediato a mais competências¹⁸. Os únicos casos enquadráveis nesta previsão são os dos estatutos catalão, plebiscitado e implementado antes do início da Guerra Civil; basco, que só começou a ser levado à prática depois do início do conflito; e galego, que chega a ser plebiscitado, mas nunca entra em vigor.

Adolfo Suárez, ainda antes da aprovação da nova Constituição, já tinha demonstrado a sua deferência com os governos basco e catalão no exílio e com as personalidades e partidos nacionalistas que os lideravam. Este aspecto é especialmente relevante no caso da Catalunha, com a Generalitat no exílio, chefiada pelo histórico republicano Josep Tarradellas, a ser legalmente reconhecida pelo presidente do Governo espanhol como base da pré-autonomia através do Real Decreto-Ley 41/1977, de 29 de septiembre¹⁹. A este propósito, Francisco José Ferraro García afirma que «com as pré-autonomias, o papel dos partidos nacionalistas e regionalistas foi alcançando prerrogativas de representação e de legitimidade muito acima da sua representatividade eleitoral»²⁰.

A reforma política pré-constitucional permite a recuperação de velhos partidos nacionalistas e a fundação de novas formações. Com a aprovação da Constituição e com a entrada em vigor das novas autonomias, os nacionalismos irão obter uma base institucional fundamental para a recuperação das respectivas identidades nacionais. A conjugação destes dois factores ditará que em regiões como a Catalunha e o País Basco se consolidem sistemas político-eleitorais à escala regional bastante distintos dos do resto de Espanha.

Os últimos anos, com a crise económica e social a contribuir para desgastar os dois principais partidos nacionais, têm acentuado esta diferença. Nas últimas eleições para o parlamento autonómico catalão (135 deputados), em 2012, os nacionalistas de centro-direita da coligação Convergència i Unió obtêm 30,7 por cento dos votos e 50 deputados e os independentistas da Esquerra Republicana de Catalunya 13,7 por cento e 21

EM ESPANHA, O SISTEMA ELEITORAL ACABOU POR BENEFICIAR OS PARTIDOS NACIONALISTAS PERIFÉRICOS, QUE FORAM OCUPANDO UMA POSIÇÃO DE RELATIVO DESTAQUE NO PARLAMENTO. A ELEIÇÃO DOS DEPUTADOS É FEITA ATRAVÉS DE LISTAS PLURINOMINAIS FECHADAS. ALÉM DOS PARTIDOS COM UMA FORTE IMPLANTAÇÃO EM TODO O ESTADO, ESTE SISTEMA BENEFICIA AS FORMAÇÕES QUE TÊM OS SEUS ELEITORES CONCENTRADOS NUMA REGIÃO ESPECÍFICA.

deputados. As duas formações que têm dominado a política espanhola obtiveram resultados menos expressivos, com o Partit dels Socialistes de Catalunya (federado com o PSOE) a chegar aos 14,43 por cento dos votos e 30 deputados e o PP a não ultrapassar os 12,97 por cento e 19 deputados²¹. No caso do parlamento basco (75 deputados), em eleições celebradas no mesmo ano, o moderado Partido Nacionalista Vasco (PNV) venceu com 34,61 por cento e 27 deputados e a EH-Bildu (coligação de vários partidos da esquerda independentista radical basca)

ficou em segundo lugar com 25 por cento dos votos e 21 deputados. Os eleitores bascos relegaram o Partido Socialista de Euskadi (marca regional do PSOE) para terceiro lugar com 19,19 por cento e 16 deputados e o PP ficou pelos 11,75 por cento e dez deputados²².

AS DIFICULDADES DE UM TERCEIRO PARTIDO À ESCALA NACIONAL

Em Espanha, o sistema eleitoral acabou por beneficiar os partidos nacionalistas periféricos, que foram ocupando uma posição de relativo destaque no Parlamento²³. O território espanhol está dividido em 52 circunscrições e a eleição dos deputados é feita através de listas plurinominais fechadas. Além dos partidos com uma forte implantação em todo o Estado, este sistema beneficia as formações que têm os seus eleitores concentrados numa região específica. É o caso dos nacionalismos centrífugos, geralmente bem implantados nas respectivas comunidades autónomas. Desta forma, acabam por gerar-se distorções na representação do eleitorado espanhol como um todo, o que tem dificultado o aparecimento de um terceiro partido.

A principal vítima desta distorção tem sido a Izquierda Unida. Observando o número de votos e os deputados eleitos em eleições legislativas, constata-se que o pior resultado de sempre da coligação integrada pelo PCE foi obtido em 2008, nas eleições mais bipolarizadas da história do actual regime democrático. Nesse ano, a IU não supera os 3,77 por cento (969 946 votos) e elege dois deputados (um por Madrid e outro por Barcelona). Nas mesmas eleições, a Esquerra Republicana de Catalunya com 1,16 por cento do total nacional (298 139 votos) elege três deputados e o Partido Nacionalista Vasco com 1,19 por cento (306 128 votos) consegue chegar aos seis deputados. Nas últimas eleições legislativas (2011), a IU obtém o seu melhor resultado desde 1996, com 6,92 por cento (1 686 040 votos) e 11 deputados eleitos. No entanto, a terceira formação com maior bancada parlamentar, a seguir ao PP e ao PSOE, foi a CIU, que não passou dos 4,17 por cento (1 015 691 votos) mas que chegou aos 16 deputados²⁴.

Não foi apenas à esquerda que se sentiram dificuldades de afirmação de um terceiro partido à escala nacional espanhola. A própria UCD, em 1982, registou uma queda muito acentuada em relação aos bons resultados de 1977 e de 1979. Como já foi acima referido, o fim desta formação centrista foi ditado pelas divisões internas e não deixa de ser digno de nota a celeridade com que foi substituída pela AP e como acabou por desaparecer ao longo da legislatura. Esta não foi, porém, a única experiência centrista da história eleitoral recente. Adolfo Suárez, depois da conturbada saída do Governo e da UCD, funda o Centro Democrático y Social (CDS), com o qual se apresenta às eleições de 1982. A vida do CDS não será muito longa e confundir-se-á com os últimos anos de actividade política de Suárez.

Nas suas primeiras legislativas, apesar da enorme notoriedade do antigo presidente do Governo, o CDS conquista apenas 2,87 por cento (604 309 votos) e dois deputados. Nas eleições de 1986, os centrista têm o melhor resultado da sua breve história, com 9,22 por cento (1 861 912 votos) e 19 deputados. Três anos depois, em 1989, o partido desce para 7,89 por cento (1 617 716 votos) e 14 deputados²⁵. O ocaso do CDS chega com o resultado obtido nas eleições autárquicas de 1991 e com a subsequente demissão de Adolfo Suárez. Nas legislativas seguintes (1993), os centristas deixam de ter representação parlamentar, ao registar 1,76 por cento (414 740 votos). Com muito menos votos, 1,24 por cento (291 448 votos), o PNV elege cinco deputados e com precisamente metade dos votos, 0,88 por cento, correspondentes a 207 077 votos, a Coalición Canaria obtém quatro deputados²⁶.

A experiência mais recente de tentativa de implantação de um partido posicionado ao centro do espectro político espanhol foi impulsionada por uma antiga militante socialista, Rosa Díez. A então deputada ao Parlamento Europeu entrou em ruptura com a gestão de Rodríguez Zapatero, sobretudo nas matérias respeitantes ao País Basco e à Catalunha. Desta forma, nasceu a Unión Progreso y Democracia (UPyD) em Setembro de 2007. O partido assumiu uma postura progressista em matérias sociais conjugada com uma intransigência clara acerca da unidade de Espanha e de crítica aos nacionalismos

basco e catalão²⁷. A UPyD já participou em duas eleições legislativas (2008 e 2011) e em duas eleições europeias (2009 e 2014) com resultados expressivos. Porém, o sistema eleitoral não permitiu que à boa base eleitoral do partido correspondesse um número de deputados considerável.

No caso da UPyD, a comparação entre percentagem de votos e deputados eleitos em eleições legislativas e europeias permite ver de forma clara as dificuldades que uma formação de média dimensão e com o seu eleitorado distribuído pelo território nacional poderá enfrentar em Espanha. Nas legislativas de 2008, o partido obtém 1,19 por cento (306 079 votos) e consegue fazer eleger um deputado em 350 (Díez foi eleita pelo círculo de Madrid). Nas eleições europeias do ano seguinte, com 2,85 por cento (451 866 votos), é eleito um eurodeputado sobre um total de 54 eleitos. A comparação entre as legislativas de 2011 e as europeias de 2014 aprofunda ainda mais esta ideia: com 4,7 por cento (1 143 225 votos), a UPyD consegue eleger cinco dos 350 deputados no Parlamento espanhol; enquanto com 6,51 por cento (1 022 232 votos) chega aos quatro deputados em 54²⁸.

O facto de os deputados espanhóis ao Parlamento Europeu serem eleitos apenas através de um círculo nacional beneficia os partidos de dimensão nacional, em detrimento dos partidos que concentram o seu apoio numa determinada região, ao contrário do que ocorre nas eleições para o Parlamento nacional.

O FIM DA BIPOLARIZAÇÃO NA POLÍTICA ESPANHOLA?

As eleições europeias em que a UPyD obteve o seu melhor resultado, ironicamente, poderão ter sido as que determinaram o limite da sua expansão e que hipotecaram a possibilidade de capitalizar o descontentamento dos espanhóis com os dois maiores partidos. Em Maio de 2014, a grande novidade eleitoral não foi o milhão de votos do

MAIS DO QUE PELA PROPOSTA DE ALTERNATIVAS, O DISCURSO DO PODEMOS ASSENTA NA CRÍTICA RADICAL AOS PARTIDOS E AOS POLÍTICOS QUE TÊM OCUPADO O PODER E ÀS POLÍTICAS DE AUSTERIDADE. AO BOM RESULTADO OBTIDO NAS EUROPEIAS SEGUIU-SE UM PROCESSO DE CONSOLIDAÇÃO DO PARTIDO E DE CONQUISTA DE ESPAÇO SOCIAL E MEDIÁTICO.

partido de Rosa Díez nem os dez por cento da Izquierda Unida, mas sim os 7,97 por cento (1 253 837 votos) e os cinco eurodeputados eleitos pelo Podemos, contra os prognósticos da generalidade dos estudos de opinião²⁹.

O Podemos é fundado em Março de 2014 e tem entre os seus principais promotores alguns professores de Ciência Política da Universidade Complutense de Madrid³⁰. Em

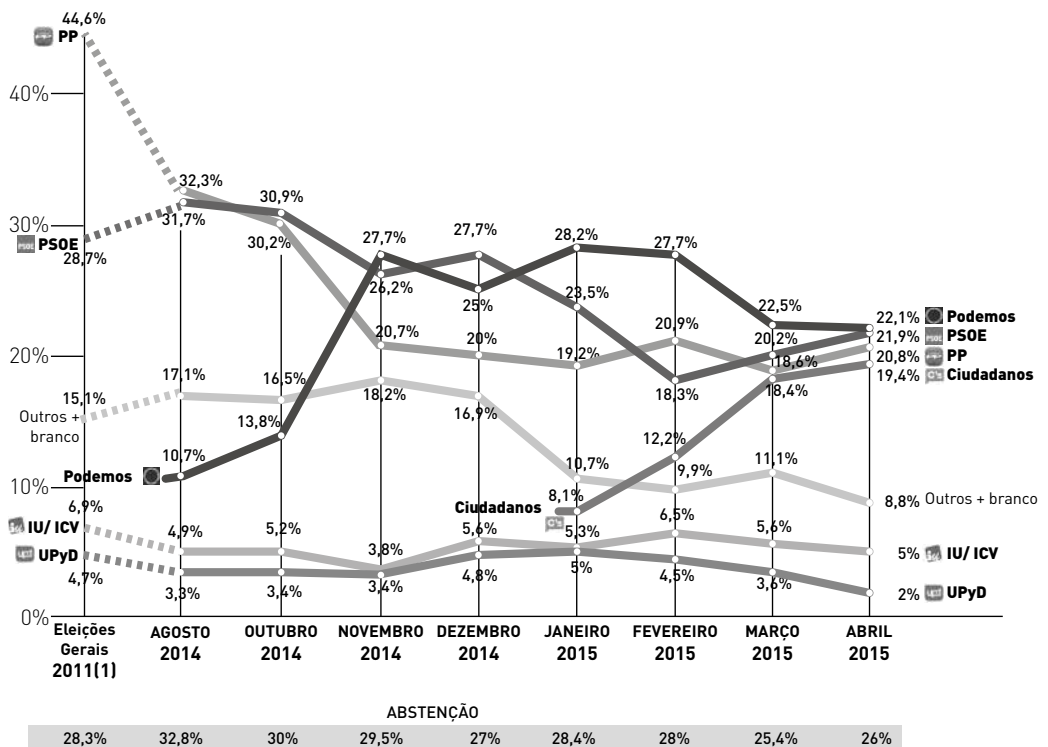
termos ideológicos, o Podemos adopta a linha do Movimiento 15-M, desenvolvido a partir de uma manifestação contra a austeridade celebrada a 15 de Março de 2011 em Madrid e que se celebrizou pelos vinte e oito dias de acampamento no centro da cidade. Mais do que pela proposta de alternativas, o discurso do Podemos assenta na crítica radical aos partidos e aos políticos que têm ocupado o poder (que classifica como «a casta»)

e às políticas de austeridade. Ao bom resultado obtido nas europeias seguiu-se um processo de consolidação do partido e de conquista de espaço social e mediático. Poucos dias depois das eleições, foi votada uma comissão que ficou responsável pela organização da assembleia cidadã «Sí se puede». Esta realizou-se entre 15 de Setembro e 15 de Novembro e acaba por confirmar a liderança de Pablo Iglesias e a sua proposta de modelo de partido e de linha ideológica³¹.

A consciencialização forçada acerca das consequências da crise para o panorama político foi acompanhada, nos meses subsequentes às europeias, pela subida do Podemos em todas as sondagens, à custa dos potenciais resultados dos partidos que já se encontravam no terreno. O seguinte gráfico, retirado da edição online do diário El País, sintetiza a progressão dos vários partidos políticos espanhóis no barómetro eleitoral Metroscopia desde a primeira edição posterior às eleições europeias.

Gráfico 2 > Estimativa de resultados eleitorais sobre votos válidos

► **Estimativa de resultado eleitoral sobre voto válido**
Se houvesse eleições gerais amanhã



1. Resultado real sobre voto válido

Fonte: El País³².

Como fica patente neste estudo, o Podemos regista um crescimento assinalável no mês de Outubro, mantendo-se sempre acima dos 20 por cento a partir de Novembro. Lidera o barómetro neste mês e conservará esta posição, com excepção do mês de Dezembro. Novembro, sempre de acordo com este estudo, também põe fim ao bipartidarismo matizado que se registava em Espanha. A edição de Janeiro de 2015 incorpora outra novidade que espelha bem o momento complexo que a política espanhola vive: a emergência do Ciudadanos.

Nas mesmas eleições europeias que serviram de rampa de lançamento ao Podemos, o Ciudadanos, partido fundado em 2006 sob o signo da contestação ao nacionalismo catalão, começa a adquirir dimensão nacional, obtendo 3,16 por cento (497 146 votos) e elegendo dois eurodeputados. Este resultado será determinante para que os seus dirigentes comecem a alargar um projecto centrado na Catalunha a todo o Estado. Depois de uma tentativa de aproximação à UPyD, com quem partilha o discurso crítico em relação aos nacionalismos periféricos, o Ciudadanos acaba por optar por uma via própria³³. Como se poderá confirmar pelo gráfico 2, esta via tem surtido efeito e o partido, em Março, aproxima-se dos três primeiros partidos.

Todos os outros partidos, de acordo com o estudo em análise, acabaram por se ressentir com esta expansão do Podemos e do Ciudadanos:

- o PP parece caminhar para uma perda de metade do seu eleitorado em relação às últimas legislativas, quando chegou ao melhor resultado de sempre (44,6 por cento);
- o PSOE não consegue capitalizar o descontentamento com o Governo dos populares, chegando a obter resultados abaixo dos 20 por cento na edição de Dezembro;
- a IU que, historicamente, recolhia o voto de protesto dos eleitores de esquerda não consegue chegar aos sete por cento;
- a UPyD vê inviabilizado o seu projecto de se transformar num grande partido de charneira entre o PP e o PSOE e é ultrapassada pelo Ciudadanos na tentativa de alcançar este objectivo.

O primeiro grande teste eleitoral no quadro desta nova realidade política foram as eleições andaluzas, celebradas no dia 22 de Março. O voto dos andaluzes parece sinalizar que as mudanças em curso no panorama político espanhol se irão consolidar ao longo deste ano e repercutir-se nas instituições políticas. O PSOE, no poder na Andaluzia desde 1982, venceu as eleições com 35,43 por cento (1 409 042 votos), mantendo os mesmos 47 deputados (sobre um total de 109) que tinha no Parlamento regional eleito em 2012. O PP, com 26,76 por cento (1 064 168 votos), só conseguiu fazer eleger 33 deputados, menos 17 do que na legislatura anterior, e perdeu mais de meio milhão de votos. Os grandes vencedores foram, assim, os partidos que ficaram em terceiro e quarto lugar: o Podemos, com 14,84 por cento (590 011 votos) e 15 deputados; e o

Ciudadanos, com 9,28 por cento (368 988 votos) e nove deputados. A IU cai para 6,89 por cento (273 927 votos) e passa de 12 para cinco deputados³⁴.

A Metroscopia, empresa responsável pelo barómetro acima citado, levou a cabo um estudo sobre transferência de voto nas eleições andaluzas, comparando os resultados de 2012 com os de 2015. Segundo esta estimativa, os 590 mil votos do Podemos terão origem, sobretudo, na abstenção (185 mil), no PSOE (144 mil) e na IU (143 mil). Os 369 mil votos do Ciudadanos virão do PP (223 mil), da abstenção (42 mil) e do PSOE (29 mil)³⁵.

Esta estimativa é importante, porque parece conferir uma fragmentação dos eleitorados de esquerda e de direita. São vários os indícios que levam a pensar que a cidadania espanhola começa a acusar um cansaço acentuado em relação às soluções políticas de alternância. O PSOE e um partido de centro-direita (UCD ou PP) têm mantido um duopólio governativo desde a reinstituição da democracia. A corroborar este predomínio está a ausência de uma tradição de partilha de poder (coligações) no executivo central espanhol: as únicas excepções são os acordos de incidência parlamentar que conferiram uma base mais sólida ao último Governo (minoritário) de Felipe Gonzáles (1993-1996) e ao primeiro Governo (minoritário) de José María Aznar. Face ao exposto, e tendo em conta que, no âmbito da actual crise, PSOE e PP já exerceram poder e já aplicaram medidas de austeridade, não será de estranhar que os eleitores procurem uma terceira (ou até uma quarta) via que conduza a uma superação da alternância.

CONCLUSÕES

Espanha vive um processo de transformação eleitoral profundo. Já não são só as sondagens a dizê-lo, quando confirmam a queda de popularidade dos políticos e partidos tradicionais ou quando projectam intenções de voto. As eleições andaluzas vieram confirmar o primeiro sinal transmitido pelas europeias de 2014.

A actual etapa democrática espanhola tem sido dominada por dois grandes partidos, um de centro-esquerda e outro de centro-direita. A principal alteração a este protagonismo terá sido a «substituição» da Unión de Centro Democrático pela Alianza Popular/Partido Popular como principal formação de centro-direita, na sequência

da desagregação dos centristas. Esta bipartidarização da política também se reflectiu no Governo, com a alternância a funcionar, com três períodos de governo de centro-direita e dois períodos de governo socialista.

A afirmação de um terceiro partido à escala nacional também tem sido particularmente difícil, em função da conjugação da lei eleitoral com a existência de partidos políticos regionais. A Izquierda Unida, que integra o PCE, tem sido a formação mais persistente,

ESPAÑA VIVE UN PROCESO DE TRANSFORMACIÓN ELEITORAL PROFUNDO. JÁ NÃO SÃO SÓ AS SONDAGENS A DIZÊ-LO, QUANDO CONFIRMAM A QUEDA DE POPULARIDADE DOS POLÍTICOS E PARTIDOS TRADICIONAIS OU QUANDO PROJECTAM INTENÇÕES DE VOTO. AS ELEIÇÕES ANDALUZAS VIERAM CONFIRMAR O PRIMEIRO SINAL TRANSMITIDO PELAS EUROPEIAS DE 2014.

com deputados eleitos em todas as legislaturas. O CDS, até ao início da década de 1990, também parecia poder desempenhar a função de terceiro partido, mas não resistiu a mais de três legislaturas.

Tendo em conta este legado, não deixa de ser surpreendente a emergência de dois partidos políticos com possibilidade de partilhar o protagonismo com socialistas e populares. Num primeiro momento, tudo parecia indicar que a alternativa aos partidos «tradicionais» afectaria sobretudo a esquerda, com o Podemos a capitalizar o descontentamento dos eleitorados socialista e comunista. Porém, os bons resultados do Ciudadanos nas eleições europeias e andaluzas e a sua clara ascensão nas sondagens indicam que este poderá acabar por constituir refúgio para o eleitorado de centro-direita insatisfeito com a governação do PP.

Não terá cabimento levar a cabo um exercício de futurologia num texto desta natureza, mas há dois cenários que começam a ganhar alguma força face às eleições legislativas de Novembro:

- a fragmentação do centro-direita e do centro-esquerda nacionais que deixarão de contar com um partido para passar a constituir um bloco de dois partidos (PP e Ciudadanos, por um lado, e PSOE e Podemos, por outro) – cenário menos provável face à maior ruptura preconizada pelo Podemos e à sua aparente pouca apetência para pactos;
- emergência do Ciudadanos como partido charneira que tanto poderá governar com o PP como com o PSOE, realizando o projecto do CDS.

O único que não parece oferecer grandes dúvidas é que, por ora, a bipartidarização está à beira de terminar em Espanha. **RI**

Data de recepção: 19 de Janeiro de 2015 | Data de aprovação: 15 de Março de 2015

NOTAS

* A pedido do autor o texto não adopta as normas do Novo Acordo Ortográfico.

1 Ver OLMO, Pedro Oliver – «El nacionalismo del ejército español». In TALBO, Carlos [ed.] – *Nacionalismo español. Esencias, memoria e intuiciones*. Madrid: Los Libros de la Catarata, 2007, p. 219.

2 Ver ABAD, José García – *Adolfo Suárez. Una tragedia griega*. Madrid: La Esfera de los Libros, 2005, pp. 180-181.

3 O referendo nacional à Ley para la Reforma Política é o primeiro acto eleitoral livre e democrático desde as eleições legislativas de Fevereiro de 1936. Regista uma participação de 77,72 por cento do eleitorado, que distribui o seu voto da seguinte forma: «Sim», 94,45 por cento dos votos válidos; e «Não», 2,57 por cento dos votos válidos. Ver Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2015.

4 Ver MORÁN, Gregorio – *Adolfo Suárez. Ambición y destino*. Barcelona: Editorial Debate, 2009, pp. 141-144.

5 Depois de grande polémica, o PSOE renuncia formalmente à ideologia marxista num congresso extraordinário, celebrado em Setembro de 1979. No anterior congresso ordinário (Maio do mesmo ano), o secretário-geral Felipe González recusara apresentar-se como candidato à liderança do partido, em virtude da aprovação de uma moção política que reafirmava aquela linha ideológica (ver BUTLER, Fernando Ollero – «El congreso extraordinario del PSOE [septiembre de 1979]». In *Revista del Departamento de Derecho Político*, 6, 1979).

6 Ver Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2015.

7 *Ibidem*.

8 Ver MORÁN, Gregorio – *Adolfo Suárez. Ambición y destino*, pp. 254-255.

9 Ver Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2015.

10 *Ibidem*.

11 Ver PALMA, Luisa – «Mancha entregó ayer a Fraga el testigo de una AP que hoy es ya Partido Popular». In *ABC*, 21 de Janeiro de 1989, p. 19.

12 Tradução do autor. Ver AZNAR, José María – «Un cambio razonable y necesario». In *Con la nueva mayoría: programa electoral*. Madrid: Partido Popular, 1996.

13 Ver CASANOVA, Julián, e ANDRÉS, Carlos Gil – *Historia de España en el siglo XX*. Barcelona: Editorial Ariel, 2009, p. 357.

14 Nas eleições legislativas de 1996, o Partido Popular obteve 38,79 por cento e 156 deputados sobre um total de 350. Ver Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2015.

15 Durante a legislatura 1996-2000, o Produto Interno Bruto (PIB) espanhol registou as seguintes taxas de crescimento: 1996, 2,4 por cento; 1997, 3,9 por cento; 1998, 4,5 por cento; 1999, 4,7 por cento; 2000, cinco por cento [Banco Mundial, 2012].

16 Ver BÉROUD, Sophie – «Manipulations et mobilisations: l'Espagne du 11 au 14 mars 2004». In *Critique Internationale*, N.º 31, 2006, p. 53.

17 Ver Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2015.

18 Ver *Constitución Española*, La Moncloa, 1978, p. 37.

19 Ver Real Decreto-Ley 41/1977, de 29 de septiembre. In *Boletín Oficial del Estado*, 238/1977. Madrid, Consejo de Ministros.

20 Tradução do autor. Ver GARCÍA, Francisco José Ferraro – «El estado abierto del estado de las autonomías». In GARCÍA, Francisco José Ferraro [ed.] – *Un balance del Estado de las Autonomías*. Almería: Fundación Cajamar, 2006, p. 14.

21 Ver Generalitat de Catalunya, 2015.

22 Ver Gobierno Vasco, 2015.

23 Ver ACE, 2012.

24 Ver Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2015.

25 *Ibidem*.

26 *Ibidem*.

27 Ver ALTOZANO, Manuel – «El partido de Díez y Savater pide la devolución al Estado de las competencias de educación». In *El País*, 30 de Setembro de 2007.

28 Ver Ministerio del Interior – Gobierno de España, 2015.

29 *Ibidem*.

30 Ver «Los 62 de Podemos». In *El País Online*, 16 de Novembro de 2014.

31 Ver MANETTO, Francesco – «Pablo Iglesias promete acabar con "régimen" de la Transición». In *El País Online*, 16 de Novembro de 2016.

32 Ver «Barómetro electoral: abril 2015». In *Metroscopia Blogs El País*, 13 de Abril de 2015.

33 Ver SANZ, Luis Ángel – «El acuerdo UPyD-Ciudadanos, al borde de la ruptura por desconfianza mutua». In *El Mundo.es*, 20 de Novembro de 2014.

34 Ver Junta de Andalucía, 2015.

35 Ver «De donde vienen y a donde van los votos. Elecciones Andaluzas, 2015». In *Metroscopia Blogs El País*, 6 de Abril de 2015.